



ROSTOS INVISÍVEIS DA VIOLÊNCIA ARMADA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O RIO DE JANEIRO¹

Tatiana Moura

Universidade de Coimbra

E-mail: tatianagoncalvesmoura@gmail.com

Resumo: Atualmente assistimos à proliferação global de um tipo específico de conflito violento: elevadas concentrações da violência armada em uma escala micro, que ocorrem em grande medida nas áreas periféricas de grandes centros urbanos, e que têm como atores principais (vítimas diretas e perpetradores) jovens de classes sociais marginalizadas. O Brasil, e o Rio de Janeiro em particular, constitui um claro exemplo deste tipo de conflito. Apesar de não viver uma guerra declarada, a cidade tem uma das mais elevadas taxas de mortes por armas de fogo do mundo.

Este contexto de conflito (armado) violento tem impactos específicos nas vidas de mulheres e homens. No entanto, uma vez que não são consideradas o principal "grupo de risco", os mecanismos existentes são frequentemente insuficientes para entendermos a complexidade das formas de envolvimento do sexo feminino na violência armada, bem como os impactos que esta violência tem nas suas vidas.

Com este artigo, pretendo analisar silêncios e invisibilidades neste cenário: os papéis de mulheres e meninas no contexto específico do Rio de Janeiro, bem como os impactos que a violência perpetrada com armas de fogo tem nas suas vidas.

Palavras-chave: *violência; gênero; mulheres.*

¹ Este texto resulta do projeto de pesquisa "Mulheres e meninas em contextos de violência armada. Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro", realizado entre fevereiro de 2005 e dezembro de 2006 pelo NEP/CES e Viva Rio, financiado pela Fundação Ford, e publicado no livro *Rostos invisíveis da violência armada: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, 7Letras).





O sexo das violências

Os conceitos e práticas de guerra (e de paz) podem mudar e adaptar-se a novas realidades. Mudam os cenários de guerra, mudam os seus atores, mudam os meios utilizados para alcançar objetivos. Nos anos 90, um conjunto amplo de autores analisou as chamadas *novas guerras*,² distintas das guerras tradicionais pelos seus atores, objetivos e estratégias utilizadas.

Mudam os conceitos e as práticas, mas o carácter sexuado das guerras parece ser uma permanência: todas as guerras ou conflitos armados assentam sobre a construção de identidades e sobre estruturas e mecanismos de poder e dominação que constituem o núcleo de um sistema patriarcal, a que algumas feministas chamam *sistema de guerra*. Este sistema requer, para se perpetuar, a construção de um determinado tipo de masculinidade (hegemônica, dominante, violenta). Por sua vez, esta masculinidade necessita sempre de masculinidade(s) e feminilidade(s) silenciadas, invisibilizadas e, portanto, marginalizadas, que lhe sirvam de antítese, negação e contraponto. Neste sentido, podemos afirmar que as manifestações deste sistema não são exclusivas de contextos que vivem um conflito armado declarado ou reconhecido como tal, e que podem ser encontradas em contextos de indefinição, que vivem uma aparente situação de paz formal.

Esta abordagem sublinha a necessidade de constatar e analisarmos a existência de um *continuum* de violências (armadas, domésticas, sexuais, sociais, económicas, etc.) como expressão de uma realidade em que a guerra não é um fato social isolado, mas antes algo que impregna, como realidade cultural, o nosso cotidiano, fazendo com que para muitos e muitas a guerra se confunda com a paz.

Perante a constatação da existência destes contextos e da sua análise, pretende-se revelar o quão reductoras e excludentes são as atuais (e herméticas) categorizações ou definições de *guerra* e de *paz*, analisando para tal a transversalidade da existência, disseminação e uso de armas de fogo em vários contextos (em particular num contexto específico de paz formal) e da construção de um *sistema de guerra* que perpetua a exclusão e marginalização das mulheres (e de outros grupos marginalizados).

A nova geografia da(s) guerra(s)

Sabemos que nem todas as formas de violência são sinónimo de guerra. Sabemos, no entanto, que a violência e a guerra têm em comum o fato de serem construções sociais e não determinismos biológicos. Ou seja, a guerra e qualquer forma

² KALDOR, Mary. *New and old wars: organised violence in a global era*. Stanford: Polity Press: Stanford University Press, 1999.





Tatiana Moura

GÊNERO

de violência organizada são fenômenos culturais, que se aprendem e desaprendem. Como refere Jan Jindy Pettman,³

A guerra corresponde a um conjunto de práticas sociais, é uma forma de política que pressupõe a capacidade organizada de utilização da violência de ampla escala e a predisposição para recorrer à violência para resolver conflitos.

A guerra é, então, um conceito dinâmico, complexo e pode ter várias interpretações. Uma análise da evolução e da conceitualização da conflitualidade internacional permite-nos, por um lado, constatar a tendência de aproximação entre as chamadas zonas de guerra e zonas de paz, a geração de espaços de indefinição, e, por outro, identificar um *continuum* de violência(s), da escala global à local.

Por contraposição ao imaginário das “velhas guerras” (interestatais), nas novas guerras visibilizadas com o final da Guerra Fria (intra-estatais ou civis) a violência deixou de ser vista como uma exceção – um momento de intensa irracionalidade, mas com um começo e um fim claros – para passar a ser uma expressão “instalada” de uma cultura de violência, com uma intensidade e uma radicalidade inconstantes. Essa persistência tornou-se, no entanto, um elemento crucial de sobrevivência política e econômica em muitas regiões do mundo, satisfazendo as novas economias políticas de guerra, que dependem deste *continuum* de violências.

Muitas guerras dos anos 90 surgiram como uma amplificação das contradições e relações internas que moldaram a negociação formal da paz em momentos anteriores – que correspondia, afinal, a uma paz violenta ou a uma zona de indefinição.⁴ Por outro lado, estas novas guerras inscrevem-se num *continuum* de violências que atravessa fronteiras, e em que a emergência de aglomerados de economias de guerra e a interdependência entre zonas de paz e zonas de guerra são traços definidores essenciais. Mark Duffield argumenta que a diferença fundamental entre as “velhas” e as “novas” guerras não está tanto na questão do grande número de mortes civis (já que mecanismos de mortes civis massificadas existem desde, pelo menos, a Segunda Guerra Mundial) ou no fato de se revelarem internamente aos Estados (uma vez que existiam já guerras internas embora camufladas), mas sim na questão da (i) legitimidade reconhecida aos líderes e às motivações destas “novas” guerras. Com o desaparecimento da legitimidade dada pela confrontação entre os blocos, bem como pelas ideologias nacionalistas, os líderes e as suas motivações passaram, com o final da Guerra Fria, a ser vistos como ilegítimos, selvagens, incompreensíveis no novo quadro das relações internacionais, marcadas por uma crescente importância e visibilidade das questões humanitárias e de segurança humana.

³ PETTMAN, Jan Jindy. *Worlding women: a feminist international politics*. Londres: Routledge, 1996. p. 88.

⁴ DUFFIELD, Mark. *Global governance and the new wars*. Londres: Zed Books, 2001. p. 188-189.





Atualmente estamos perante a disseminação, no nível global, de outro tipo de conflitualidade violenta, que tem emergido nas entrelinhas de outros tipos de guerra, a que arriscamos chamar micro ou *novíssimas guerras*. Com o aumento de visibilidade e impacto destas “novíssimas” guerras, altera-se também profundamente a forma de olhar os fenômenos da guerra e da violência armada nas Relações Internacionais, focando a interligação entre mecanismos e expressões simultaneamente localizados e globalizados. Trata-se da disseminação da violência armada a uma escala cada vez mais micro, que tem como cenários privilegiados as periferias de grandes centros urbanos situados em países em paz formal, e que tem como atores (quer vítimas diretas quer agentes da violência) jovens do sexo masculino, a maioria pertencente a classes sociais marginalizadas. Apesar da sua manifestação em uma escala micro ou local, estas *guerras* são um fenômeno mundial, tanto pela sua disseminação global como pela sua dependência e articulação com contextos considerados de guerra e de pós-guerra.

A América Latina constitui um dos exemplos mais expressivos destes fenômenos, onde a paz formal e institucional não significou uma diminuição da violência, mas, antes, uma “democratização da violência”.⁵ Esta violência, que emergiu nos anos 1980 e 1990, resulta da combinação de vários fatores⁶ e tem rostos paradoxais. Veja-se, por exemplo, o caso de El Salvador, que entre 1990 e 1995, após a assinatura dos acordos de paz, testemunhou um aumento da taxa de homicídios de 79 para 139 homicídios a cada 100 mil habitantes.⁷ Como defende Briceño-León, começaram a registrar-se mais mortes na calma da paz que nas tormentas da guerra.

A escala destas manifestações de violência é diferente das novas guerras. Trata-se de concentrações de grande intensidade de violência em territórios muito limitados, ou microterritórios, dentro de um contexto nacional de paz aparente, institucionalizada e formal.

De fato, nesta reconfiguração das manifestações e tipologias da violência, os *espaços urbanos e as suas periferias* são os territórios eleitos das novíssimas guerras.

⁵ RODGERS, D. Youth gangs in Colombia and Nicaragua: new forms of violence, new theoretical directions? In: RUDQVIST, A. (Org.). *Breeding inequality: reaping violence, exploring linkages and causality in Colombia and beyond*. Outlook on Development Series, Collegium for Development Studies, Uppsala, 2003. p. 111-141. Disponível em: <[http://www.kus.uu.se/poverty&violence/Poverty Violence.pdf](http://www.kus.uu.se/poverty&violence/Poverty%20Violence.pdf)>.

⁶ Alguns autores apontam, entre outros, a persistência de elevados níveis de desigualdade social, as taxas baixas ou negativas de crescimento econômico, o elevado índice de desemprego e de emprego precário, o rápido crescimento das grandes cidades e das áreas metropolitanas, a homogeneização e inflação das expectativas dos jovens que nascem nas comunidades mais pobres, a ausência ou fragilidade de infra-estruturas urbanas básicas, de serviços sociais básicos e de organizações da sociedade civil em bairros mais pobres, a disponibilidade crescente de armas leves e drogas, a presença crescente e cada vez mais forte do crime organizado, a cultura da violência mantida e perpetuada pelo crime organizado e pelos meios de comunicação e, finalmente, o baixo nível de eficácia da polícia e de outras instituições do sistema de justiça criminal.

⁷ BRICEÑO-LEÓN, Roberto. La nueva violencia urbana de América Latina. *Sociologias: violências, América Latina*, Porto Alegre, v. 8, p. 13, jul./dez. 2002. p. 13.





Tatiana Moura

GENERO

Como afirma Eduardo Galeano, relativamente à Nicarágua, o mais espantoso é a comparação entre o passado e o presente. Se a paz reinava nas ruas das cidades do país durante os anos da guerra, desde que a paz foi declarada as ruas se tornaram cenários de guerra, campos de batalha.⁸ No entanto, esta democratização e urbanização da violência são imperfeitas, e alguns setores e espaços da sociedade e da cidade são mais vulneráveis à violência do que outros.

O principal desafio da análise da evolução e (re)conceitualização das guerras é precisamente o questionamento da separação entre guerra e “formas menores” de violência, mostrando precisamente a importância da noção de *continuums* de violências como expressão de uma realidade em que a guerra não é um fato social isolado, mas, antes, algo que impregna, como sistema cultural, o nosso quotidiano.

Invisibilidades da guerra e da paz: continuum, espirais e identidades

Os olhares estereotipados sobre as realidades têm sempre resultados perversos. O fato de serem homens – e no caso de violência armada urbana, jovens do sexo masculino – os que mais matam e morrem tem levado a que se fechem os olhos e se negligenciem outros atores envolvidos nesta violência.

Por outro lado, as tentativas de entendimento e de resposta imediata ao número de mortos e feridos nestes contextos de novíssimas guerras têm secundarizado outras formas (não menos importantes) de violência armada e os seus impactos na vida de diversos setores da sociedade, nomeadamente de mulheres e de meninas. Estes impactos, muitas vezes silenciados, são comuns a vários contextos locais, tornando-se, assim, globais.

As manifestações dos vários tipos de violências, que constituem fontes de insegurança, apresentam-se em várias escalas, desde a intersubjetiva (interpessoal) à internacional. Devemos, portanto, questionar *quem* ou *o que* tem sido considerado como o objeto/sujeito de segurança, que níveis de análise se favorecem e *quem* ou *o que* constitui uma *ameaça* à segurança, nas teorias e políticas públicas de segurança. É precisamente este um dos principais objetivos deste estudo: visibilizar estes “novos” riscos e as suas diferentes escalas.

As análises feministas das relações internacionais têm denunciado o lugar central ocupado pela construção social de um *sistema de guerra*⁹ que tem na sua base conceitos e práticas excludentes. Este sistema de guerra está presente em todas as esferas da sociedade, e não se manifesta apenas em tempo de conflitos armados ou de guerra reconhecida como tal. A violência intrafamiliar e a violência sexual, que tem

⁸ GALEANO, Eduardo. *Patás arriba: la escuela del Mundo al Revés*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1998. p. 314-316.

⁹ REARDON, Betty. *Sexism and the war system*. Nova York: Teachers College Press, 1985.





como um dos instrumentos de ameaça a arma de fogo, e que ocorre na chamada esfera privada, em tempo de guerra e em tempo de “paz”, fazem parte de uma cultura que normaliza, naturaliza e privatiza a violência contra as mulheres. Correspondem a violências sexualizadas que, apesar de terem expressão micro, são globais. Ou seja, são também reflexo de tentativas de construção de um determinado tipo de masculinidade dominante, a mesma que subjaz ao sistema de guerra, a mesma que tem moldado e resultado da reconfiguração da conflitualidade local-internacional.

Através desta análise, que privilegia a análise do *continuum* de violência(s) para além de cenários considerados como guerra oficial, pretendemos demonstrar a proximidade entre zonas de guerra e zonas de paz, em particular através da análise da exclusão e subalternização das mulheres, fenômeno que consideramos transversal aos vários contextos.

Acreditamos que a emergência de novos e novíssimos tipos de guerra é possível porque o sistema que lhe está subjacente (e a versão de masculinidade que lhe está associada) tem uma enorme capacidade de transformação e adaptação às tendências emergentes no panorama internacional. Para o olhar de alguns, as novas e novíssimas guerras são conflitos de baixa intensidade, sem objetivos políticos, *desmasculinizadas*¹⁰ e, portanto, despolitizadas. De fato, o poder de apelidar um determinado conflito de guerra pertence apenas aos grupos dominantes. No entanto, há mais de uma década que temos assistido à transformação da tipologia das guerras. E com ela, assistimos à (re)construção de identidades que as legitimam e perpetuam.

Na base, o eixo comum que subjaz às várias guerras prende-se com a construção e promoção de um tipo de masculinidade, considerada dominante, que é heterossexual, homófoba, misógina, que considera o desempenho profissional (os rendimentos resultantes desta profissão) e a capacidade de aquisição de bens materiais a base do respeito e do *status* social. Este tipo de masculinidade, para ser dominante, procura manter relações de poder hierárquicas, subalternizando mulheres (a feminilidade) e alguns homens.

No entanto, e nas palavras de Michael Kimmel,¹¹ mais do que uma expressão do poder, a violência perpetrada em nome desta masculinidade não é tanto resultado de uma identidade, mas sim de uma tentativa de restabelecer o poder e, portanto, pertencer a um “grupo” (valorizado, respeitado, que detém o poder).

¹⁰ VAN CREVELD, Martin. The great illusion: women in the military. *Millennium: Journal of International Studies*, [S.l.], v. 29, n. 2, p. 429-442, 2000.

¹¹ Comunicação na reunião de peritos do projeto “Mulheres e Meninas em contextos de violência armada: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro”, realizada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, nos dias 4 e 5 de novembro de 2005.





Tatiana Moura

GÊNERO

A violência (armada) converte-se freqüentemente num meio alternativo de afirmação. As crescentes fragmentações e polarização sociais são compensadas, em alguns casos, com o desenvolvimento de formas de identidade social alternativas e a busca de poder econômico e simbólico.¹²

As análises de Gary Barker¹³ sobre os motivos que levam jovens, em vários centros urbanos do mundo, a ingressar em gangues ou grupos armados, a “matar e a morrer para alcançar uma versão socialmente legítima de masculinidade” revelam-nos precisamente isso. Barker defende que os requisitos das versões dominantes da masculinidade em contextos pobres (de desigualdade) em todo o mundo se relacionam com a obtenção de bens, dinheiro, respeito e mulheres. No entanto, os meios que os seus protagonistas estão dispostos a usar (e os que estão disponíveis) marcam a fronteira entre a adoção de uma masculinidade violenta e outros tipos de masculinidades. Perante uma associação entre masculinidade dominante e posse e uso de armas de fogo, alguns jovens, na tentativa de ocupar um lugar em sociedades fortemente hierarquizadas, recorrem à violência armada como forma de obter *status* social, poder e demonstrar a sua hegemonia.

Ou seja, a democratização e a inflação de expectativas dos jovens dos grandes centros urbanos correspondem precisamente à tentativa de construção e promoção de um modelo de masculinidade, dominante. Em contextos em que as situações de múltipla exclusão social e econômica são exacerbadas, as escolhas disponíveis para jovens de espaços urbanos são limitadas. Neste sentido, as falhas nas instituições sociais tradicionais em todos os níveis contribuem amplamente para que alguns jovens optem por ingressar em gangues. No nível macro, o Estado deixa de conseguir atribuir significado à cidadania, especialmente para os mais marginalizados.¹⁴ A crescente fragmentação social e polarização resultantes são compensadas em alguns casos com o desenvolvimento de formas de identidade social alternativa, e a violência pode tornar-se um recurso através do qual se obtém uma identidade reconhecida.¹⁵ Em síntese, apesar de não constituírem a maioria, muitos jovens “matam e morrem para alcançar uma versão socialmente legítima de masculinidade”.¹⁶

No entanto, pouco se tem debatido sobre a construção de feminilidade(s), em contextos de violência armada. Por um lado, sabemos que determinadas versões da

¹² WINTON, Ailsa. *Urban violence: a guide to the literature*. *Environment & Urbanization*, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 165-185, out. 2004.

¹³ BARKER, Gary. *Dying to be men: youth, masculinity and social exclusion*. Londres: Routledge, 2005.

¹⁴ WINTON, Ailsa. *Urban violence: a guide to the literature*. *Environment & Urbanization*, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 165-185, out. 2004.

¹⁵ BRICEÑO-LEÓN, Roberto; ZUBILLAGA, V. Violence and globalization in Latin America. *Current Sociology*, [S.l.], v. 50, n. 1, p. 19-37, 2002.

¹⁶ BARKER, Gary. *Dying to be men: youth, masculinity and social exclusion*. Londres: Routledge, 2005. p. 83.





masculinidade (dominante) dependem da construção da sua negação ou oposição – feminilidades vulneráveis e passivas. Mas, por outro, assistimos também a uma inflação ou padronização das expectativas de meninas e mulheres, bem como de suas frustrações, nestes contextos. Neste sentido, torna-se urgente considerar e analisar novíssimas identidades ou feminilidades emergentes, e entender de que forma e através de que práticas se constroem. Ou seja, complexificar a análise simplista que a uma masculinidade dominante contrapõe uma feminilidade vulnerável, e entender de que tipo de relações resultam estas construções identitárias: se por oposição, imitação, rejeição, admiração, dependência, autonomia, subsidiariedade... São justamente estas relações e as articulações entre elas que ocuparão as páginas deste texto.

As outras faces da violência armada

Algumas autoras¹⁷ defendem que as propostas de análise da participação das mulheres nas guerras, ao longo dos séculos, e dos impactos destas guerras nas suas vidas equivalem a *espaços sem história*, caracterizados pela ausência de (algumas) experiências de atores silenciados. Esta história se torna, portanto, uma história incompleta e parcial.

A visibilidade trazida pela denúncia de estratégias e práticas de guerra que utilizam os corpos de meninas e mulheres como campos de batalha – como foi o caso da violência sexual e homicídio em larga escala de meninas e mulheres tútsi em Ruanda, em 1994, ou dos estupros em massa perpetrados contra meninas e mulheres na Bósnia, no conflito de 1992 – fez com que passasse a ser impossível considerar as guerras como um terreno exclusivamente masculino. As mulheres passavam a fazer parte da história, da história desses conflitos. No entanto, e uma vez mais, muitas histórias passavam, para os olhares do mundo, de forma parcial e incompleta. Os porquês destas violências não foram explorados, os seus impactos de médio e longo prazo tornaram-se muito menos visíveis e marginalizaram-se outras experiências.

Muitos dos olhares formatados que recaem sobre esses e outros conflitos têm tendido, precisamente, a ser moldados e a reproduzir estereótipos, apresentando e considerando mulheres e meninas apenas como vítimas e, para além disso, como vítimas passivas, sem capacidade de reação e resposta. E este tipo de construção está na base e legitima um outro estereótipo, não menos enraizado, o da associação inata entre masculinidade e violência. Os estereótipos ou mitos essenciais para a manutenção de um sistema de guerra – o qual permite, normaliza e chega a banalizar a violência (em tempo de guerra ou em tempo de paz) – impregnam-se de forma sutil na sociedade, nas nossas vidas e nas nossas casas. Assim, questionar ou desafiar

¹⁷ NASH, Mary; TAVERA, Susanna (Org.). *Las mujeres y las guerras: el papel de las mujeres en las guerras de la Edad Antigua a la Contemporánea*. Barcelona: Icaria, 2003.

234 Niterói, v. 8, n. 2, 227-256, 1. sem. 2008





Tatiana Moura

GENERO

aquilo que foi construído para não ser questionado, denunciar as incoerências e dar visibilidade a outros rostos desse sistema torna-se uma tarefa difícil.

Em contextos onde a prática da(s) violência(s), em particular da(s) violência(s) armada(s), se tornou diária, manifestando-se desde a esfera micro, mais privada, à esfera macro, mais visível, há que se questionar os comos e os porquês dessas violências. Há que se denunciar os mitos ou os pressupostos em que assentam, que as tornam (quase) legítimas e socialmente aceitas.

A construção da feminilidade como inerentemente pacífica (e passiva) tem servido como contraponto e legitimação da construção de uma masculinidade violenta, que recorre a armas (de fogo) como tentativa de alcançar e/ou manter o seu poder. Todos(as) os(as) que contrariem esta associação já naturalizada causam estranheza, desconforto e repúdio. São alvo de olhares e atenção mediáticos, momentâneos e passageiros, que não perdem muito tempo em tentar entender o que está subjacente à estranheza, ou quais as características e padrões dessa exceção à *norma*.

Falamos de meninas e mulheres que participam da violência, e em particular de violência(s) armada(s), das especificidades da sua participação e dos motivos que subjazem aos seus atos. Sabemos que a violência armada tem vários rostos, se manifesta através de práticas diferenciadas (umas mais visíveis do que outras) e que os seus agentes/atores são múltiplos. O fato de, no Rio de Janeiro (e no mundo inteiro), a porcentagem de infratores ser muito superior à de infratoras não deve servir como argumento para que se fechem os olhos e se marginalizem outras especificidades da criminalidade violenta (e armada). Olhar para o envolvimento de meninas e mulheres em práticas violentas contribui, de forma decisiva, para uma melhor e mais complexa compreensão da realidade e para o desenho de políticas e programas de prevenção e de resposta à violência armada eficazes.

Olhar de perto outros papéis

Algumas análises sobre a construção de identidades em tempos de conflitos armados nos alertam para o fato de, nestes contextos, as diferenças entre homens (masculinidade) e mulheres (feminilidade) serem reforçadas de uma forma errônea, simplificando padrões de identidade: aos homens é atribuído um papel ativo e as mulheres assumem papéis mais invisíveis, de “mero” apoio, na sua maioria na esfera privada.

Em contextos de violência armada, e no caso do Rio de Janeiro, esta tendência parece repetir-se. As representações e análises sobre o envolvimento de jovens do sexo feminino e de mulheres neste tipo de violência parecem resumir-se a uma de duas opções hipersexualizadas e muitas vezes apresentadas em pólos extremos: a primeira





decorre de algum tipo de relacionamento com agentes masculinos da violência armada (namorada, mulher ou companheira); a segunda resulta de algum tipo de “desvio” de comportamento, que torna “inevitável” a comparação com comportamentos entendidos como masculinos.

“Maria fuzil” *versus* “Lili Carabina”.¹⁸ Por vezes misturadas (belas, armadas e perigosas). Os dois pólos oscilam entre o reconhecimento do papel de incentivo e a estranheza provocada por uma feminilidade agressiva e violenta, imediatamente categorizada e associada à masculinidade.

Estas são, contudo, representações simplistas e redutoras da possível participação de meninas e mulheres na violência armada no Rio de Janeiro. Estereotipar esses dois extremos tem efeitos perversos. Por um lado, resulta na invisibilização dos vários tipos de participação que se situam entre essas imagens. Por outro, obscurece e simplifica as características de várias formas de envolvimento, em particular a existência de articulações, acumulações e *continuum* entre essas formas de envolvimento.

Para entendermos essas formas e características do envolvimento ou participação de meninas e mulheres na violência armada é necessário ampliar categorias e ir além de padrões que foram criados para o (e em relação ao) sexo masculino. Ao longo das entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa se tornou claro que a participação de meninas e mulheres na violência armada no Rio de Janeiro é heterogênea e condicionada por vários fatores.

Por questões metodológicas e de facilidade de compreensão, optamos por dividir os tipos de envolvimento feminino em três categorias: 1) *incentivo à violência armada*; 2) *papéis de base e/ou secundários* nessa violência; e 3) *envolvimento direto/ativo/visível* na violência armada. Cada uma destas categorias ou formas de participação de meninas e mulheres tem expressões próprias e resulta de fatores específicos. No entanto, essas especificidades e as motivações que levam a essa participação não são herméticas ou isoladas; combinam-se entre si, acumulam-se e resultam em formas de envolvimento plurais e complexas.

O glamour da violência armada

Alguns estudos sobre o envolvimento de jovens do sexo masculino na violência armada, no Rio de Janeiro,¹⁹ revelaram que a posse e/ou uso de armas de fogo

¹⁸ *Maria fuzil*: gíria para jovens mulheres que namoram ou saem com jovens armados; *Lili Carabina*: apelido de Djanira Ramos Suzano, condenada a mais de 100 anos de prisão devido a seus crimes nos anos 70. Em sua ficha policial estão seis fugas de cadeias e condenações por homicídios, assaltos, latrocínio, tráfico, direção perigosa, porte de armas e falsidade ideológica. Na década de 1970, Djanira virou Lili Carabina e passou a usar roupas justas e peruca loura para seduzir os guardas dos bancos, enquanto sua quadrilha agia.

¹⁹ Por exemplo, BARKER, Gary. *Dying to be men: youth, masculinity and social exclusion*. Londres: Routledge, 2005; DOWDNEY, Luke. *Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003; RIVERO, Patrícia. O mercado ilegal de armas de fogo na cidade do Rio de Janeiro: preços e simbologia das armas de fogo no crime. In: _____. *Brasil: as armas e as vítimas*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.





Tatiana Moura

GÊNERO

está associada, freqüentemente, a formas de obtenção de prestígio e *status* social, poder, dinheiro e mulheres. Ou seja, corresponde a um mecanismo de obtenção de reconhecimento social do qual o sexo feminino é um indicador e um barômetro essencial. Ao longo da pesquisa, procuramos entender estas formas de incentivo e legitimação da própria violência armada e, em particular, o que significam. Ou seja, procuramos saber em que práticas concretas se traduz, no caso específico de meninas e mulheres, esta *glamourização* ou incentivo à violência armada, e o que está subjacente a esta prática.

Constatamos que, à semelhança do que acontece para o sexo masculino, e num cenário caracterizado pela invisibilização de jovens de classes sociais marginalizadas e por índices de desigualdade social gritantes, à glamourização e incentivo da violência armada subjaz a busca de uma determinada forma de reconhecimento social, em que os bens de consumo e o respeito aparentemente sentido por outros/as são elementos centrais.

Mulher adora bandido! Nossa Senhora, fica até mais bonito!!! Fica lindo, fica mais poderoso [...] Tem um cargo. As meninas estão muito desvalorizadas [...] Menina da favela não tem condição para bancar Gang, PXC [...] e bandido pode! (Renata,²⁰ 17 anos, tráfico de drogas)

Este tipo de incentivo, resultado da construção de uma feminilidade/identidade valorizada, não é, contudo, exclusivo de nenhum setor da sociedade,

Eu acho que é isso aí sabe, tudo é [...] é a embriaguez do poder, do sucesso [...] as meninas acham que o cara que tá portando uma arma ele pode dar uma [...] uma posição pra ela de destaque [...] então que é que elas querem [...] elas vão atrás deles nos morros, nas favelas [...] até garotinha, né, da classe alta, classe média, classe média alta [...] elas vão à procura disso no morro, daquela posição com o cara, lá com aquela arma na mão, daquele poder que ele vai dar a ela. (Detenta, Penitenciária Talavera Bruce, 31 anos, condenada por tráfico de drogas)

O incentivo à violência armada passa, portanto, pela tentativa de construção de um tipo de feminilidade valorizada, reconhecida e visível, que é dependente, em grande medida, da existência e da promoção de uma masculinidade violenta e armada (e vice-versa). Ou seja, este reconhecimento social e a sensação de uma determinada noção de poder são, no caso do sexo feminino, determinados pela existência de um outro masculino (que faculty esse poder), e é tão duradouro quanto a presença deles nas suas vidas.

A tentativa de manutenção deste *status* social ou visibilidade desdobra-se, no entanto, em formas específicas de envolvimento na espiral da violência armada. Por

²⁰Nenhum(a) dos(as) participantes da pesquisa está identificado(a) nas citações das entrevistas. Os nomes das jovens que cumpriam medida socioeducativa de internação e semiliberdade são fictícios, e foram escolhidos por elas.





várias vezes as(os) entrevistadas(os) referiram que a participação de adolescentes e mulheres passa por esconder drogas e armas: “Eu tenho que guardar a arma do meu marido aqui na minha casa senão ele vai guardar a arma dele na casa de outra.” E vai guardar mesmo, e não tem jeito... (Morador da Cidade de Deus, 28 anos)

Ou mesmo *trazer e levar informações*, como forma simbólica de comprovação de fidelidade e lealdade, quando o elemento masculino envolvido na violência armada tem que se esconder ou é preso.

Em síntese, a participação ou o envolvimento de meninas e mulheres na violência armada, através do incentivo a essa violência, pode traduzir-se por práticas específicas, que se vão naturalizando de forma sutil.

No entanto, nem todas as formas de participação feminina na violência armada são resultado ou expressões da *glamourização* de armas de fogo ou de incentivos à violência armada. E são precisamente essas (outras) formas de participação (e as motivações que lhes subjazem), que não se encaixam completamente em categorias preestabelecidas, que correm o risco de permanecer mais invisibilizadas e marginalizadas. Falamos dos *papéis de apoio, de base, secundários* ou “hierarquicamente inferiores” na violência armada.

“As mulheres passam por cargueiras...”

É precisamente em papéis de apoio à violência armada, considerados marginais e secundários, que se concentram os rostos femininos. Esta tendência não é, no entanto, exclusiva do Rio de Janeiro, é antes uma tendência antiga, em escala mundial, em contextos de conflito armado.

A distinção que aqui fazemos entre *papéis de incentivo* à violência armada (e as práticas que, ao longo da pesquisa, lhe apareceram associadas) e *papéis secundários* ou de *base* desta violência não pressupõe uma separação óbvia. Antes de elencarmos e analisarmos algumas das práticas integrantes destes papéis secundários, gostaríamos de sublinhar dois aspectos. Em primeiro lugar, referir que muitas jovens e mulheres que legitimam a violência armada (e que, por vezes, a incentivam) como estratégia indireta de obtenção de reconhecimento se vêem, de um modo geral, envolvidas num ciclo de normalização e rotinização da presença de armas de fogo e que, de forma fluida, passam a desempenhar alguns dos papéis que analisamos em seguida (papéis secundários ou periféricos). Por outro lado, salientar que as motivações identificadas por jovens do sexo feminino para o envolvimento e participação nestes papéis periféricos se encontram na mesma linha dos fatores subjacentes à *glamourização* da violência armada: a falta de expectativas, a exclusão social e uma perspectiva da violência armada como mecanismo para a obtenção de bens de consumo.

238 Niterói, v. 8, n. 2, 227-256, 1. sem. 2008





Tatiana Moura

GENERO

Nas entrevistas realizadas ao longo da pesquisa, o transporte de armas de fogo e/ou drogas surgiu como prática comumente desempenhada ou atribuída a meninas e a mulheres. De fato, a participação feminina na estrutura do tráfico no Rio de Janeiro está associada, em grande medida, a funções de transporte – as denominadas *mulas* ou *cargueiras* – e venda ou endolação (preparação de pacotes individuais de droga). Esse é o caso de Miriam (16 anos, assalto à mão armada): “A mulher passa por cargueiro. Leva os negócios para outra favela. Arma, droga, tudo! A maioria é mulher que leva as coisas para a favela. Agora ficar na favela vendendo tochas é difícil.” E também de Beatriz (17 anos, porte de arma e assalto à mão armada): “Eu nunca usei arma. Mulher não [...] é mais homem. Ah [...] mas já vi muita menina levar arma para o garoto, para ele roubar. Leva até ele, depois ele faz o assalto e depois entrega a ela para ela levar de volta para a favela”.

A “certeza” de que uma mulher só poderá ser revistada por outra mulher policial faz com que, freqüentemente, as adolescentes e mulheres sejam as preferidas e as escolhidas para fazer o transporte de droga e armas de fogo de um local para outro, e que o façam com alguma “tranqüilidade”.

Porque para passar pelas batidas do BOPE só mulher. Foi momento de fraqueza. Eu ia dar só a arma e ia embora. E ia lá na favela dividir o dinheiro. Recebe meio meio [...] Sempre todo o bonde tem que ter mulher para carregar arma. Se der para ela ir embora, ela vai. Tem que ter mulher, porque passa mais batida. Eu passo por uma gobola, ele não pode tocar no meu corpo [...] Como estava na minha bolsa, ele pôde revistar minha bolsa. (Miriam, 16 anos, assalto à mão armada)

Podemos então perceber que a violência armada, como sistema, se beneficia de invisibilidades e estereótipos. Como qualquer sistema de violência e, portanto, de tentativa de manutenção ou de reposição de poder, necessita de práticas discretas e silenciosas, que não levantem suspeitas ou denunciem mitos. Para existirem papéis principais, que detêm o poder, terão sempre de existir papéis de apoio, secundários, que garantam a sua sustentabilidade. Seja no tráfico de drogas, em roubos e assaltos, em seqüestros, ou mesmo em violências de caráter micro ou privado.

Talvez por isso o envolvimento e participação direta de meninas ou mulheres na violência armada, ou o fato de elementos do sexo feminino recorrerem à arma de fogo como forma de alcançar um objetivo ou sair da invisibilidade, cause tanto desconforto e estranheza. E, uma vez mais, como se verá a seguir, alertamos para o fato de esta passagem – de atuação em papéis periféricos para papéis diretos e principais – corresponder, em vários casos, a uma transição. Perante a ausência de resposta às necessidades ou aos motivos que levam meninas e mulheres a ingressar na violência armada sob a forma de incentivo, e/ou de papéis secundários, agir de forma direta, armada, corresponde, em alguns casos, a uma tentativa de intensificar

Niterói, v. 8, n. 2, p. 227-256. 1. sem. 2008 **239**





gritos mudos. Ou seja, assumindo (e por vezes herdando) papéis que tradicionalmente são desempenhados pelo sexo masculino, que lhes dão visibilidade e poder.

O envolvimento direto

Quase inevitavelmente, quando o rosto da violência é feminino, é alvo de atenção, indignação e visibilidade (momentânea) mediática. Basta lembrarmos de Lyndie England (a militar norte-americana acusada de torturar prisioneiros iraquianos na prisão de Abu Ghraib) ou das mulheres tchetchenas bombistas suicidas (viúvas-negras), envolvidas nos ataques ao Teatro de Moscovo, em outubro de 2002. Este rosto feminino da violência é considerado muito mais assustador e chocante, por não corresponder às representações tradicionalmente estabelecidas de masculinidade e de feminilidade. Estas mulheres assumem um papel destrutivo, em vez do habitual papel reprodutivo.

Imediatamente se procuram as causas destes atos “insanos”: patologiza-se o comportamento, considera-se sinônimo de desespero, e se procuram argumentos que possam contribuir para explicar e minimizar o nosso desconforto e “desculpabilizá-las” pelos seus atos.

Raras vezes o debate passa pela análise das espirais ou do *continuum* de violências a que muitas jovens do sexo feminino ou mulheres estão sujeitas, e trata-se o acontecimento como um caso isolado, como exceção, como algo esporádico. Este tipo de análise e interpretação está bem patente nas representações sobre a participação e o envolvimento de meninas e mulheres na violência armada, no Rio de Janeiro. As (normalmente esporádicas) expressões alarmistas e, muitas vezes, sensacionalistas, sobre a suposta escalada da criminalidade feminina, em especial decorrentes do envolvimento feminino, direto e mais visível, na violência armada, parecem não andar acompanhadas de debates mais aprofundados sobre os porquês destas práticas. Conseqüentemente, não se pensam respostas de prevenção e redução deste tipo de atuação adequadas às necessidades destas meninas e mulheres.

As entrevistas realizadas revelaram que, apesar de constituírem uma minoria, meninas e mulheres também participam, de forma mais direta, na violência armada.

Eu era soldado contenção. Aprendi a mexer com armas. E isso é raro? É muito difícil. Mas só eu mesmo é que usava peça. Só homens. As meninas era vapor. Várias vezes troquei tiro com policial. Sempre trabalhei como soldado à noite. Aí, eu ganhei confiança e fiquei vapor. Aí, meu dia era o domingo. A arma era a da boca, o meu caso era diferente. Aí me dava vários fuzil, Hugo, pistola, H8... (*Monique*, 18 anos, homicídio)

Neste tipo de envolvimento, incluem-se jovens do sexo feminino e mulheres que ocupam papéis considerados mais centrais na hierarquia do tráfico (que portam





Tatiana Moura

GENERO

e/ou usam armas de fogo nas suas funções), em assaltos, ou que são protagonistas em casos de homicídio. No entanto, tornou-se claro que, na maioria dos casos, o envolvimento direto correspondia a uma expressão mais visível, ou a uma prática mais acentuada, de outros tipos de envolvimento (incentivo, papéis secundários), que se foram acumulando, em *continuum* e em cascata. A citação que se segue, de uma detenta da Penitenciária Talavera Bruce, constitui um claro exemplo disso:

Aí eu tinha 18 anos e comecei a namorar um traficante... aí eu gostei do sucesso que a droga me proporcionava [...] eu ia nas festas... a festa só começava quando eu chegava, né... A vida era boa... Ah, poder, poder... a droga me deu muito poder. Eu manipulava a mente das pessoas, entendeu [...] todo o mundo fazia o que eu queria, porque eu tinha o que eles queria... então eu manipulava... eu era a bambambã... todo o mundo tinha que fazer o que eu queria [...] ele me levou só pra lugar bonito... traficava só pra artistas... ia pro camarim e fui me empolgando, me empolgando... aí ele foi morar na Bahia, aí me deixou no lugar dele aqui pra abastecer né... Hoje elas estão também preocupadas, também querendo ser a bambambã... (Detenta, Penitenciária Talavera Bruce, 48 anos, ex-traficante, condenada por homicídio)

Para além da bala: os diferentes impactos das armas de fogo em mulheres e meninas

A análise feminista sobre sistemas violentos ou de guerra denuncia os elementos ideológicos que lhes subjazem, mostrando a sua dependência de uma hierarquia sexual de valores. Ou seja, a hegemonia ou dominação pressupõe a manutenção do poder, que por sua vez pressupõe a naturalização e a normalidade das relações de poder.²¹ Ao mesmo tempo, a construção de estereótipos legitimadores desse sistema de guerra ou de violência se assenta em dicotomias ou em binômios que se constroem como negação ou oposição: paz e violência, feminilidade e masculinidade, esfera privada e esfera pública, etc. A associação entre masculinidade e violência depende de – e tem como contraponto – uma feminilidade desvalorizada, passiva, que necessita de proteção. A construção social do *protetor/desprotegida(o)* e de uma feminilidade vulnerável que necessita de proteção contribui para legitimar o sistema de guerra. E tudo o que deslegitime esta dicotomia tende a ser silenciado e ocultado.

Esta divisão simplista e estereotipada de papéis tem conseqüências práticas. Apesar de os homens constituírem a maioria das vítimas mortais da violência armada, em todo o mundo, raramente são apelidados de “vítimas” ou rotulados como “grupo vulnerável” indefeso. Pelo contrário, são freqüentemente categorizados como “perpetradores” ou, quando se consideram as especificidades da vitimização masculina, rotulam-nos de “grupo de risco”. E este grupo de risco necessita de “programas e políticas específicas”, e não de “proteções especiais”, um termo geralmente reservado para o sexo feminino.

²¹ PETTMAN, Jan Jindy. *Worlding women: a feminist international politics*. Londres: Routledge, 1996. p. 94-95.





A análise sobre os impactos da violência armada na vida de homens e mulheres no Rio de Janeiro revela as contradições e incoerências das construções dicotômicas e estereotipadas sobre vítimas vulneráveis *versus* agressores. Os homens são rotulados como os principais perpetradores deste tipo de violência, e por isso fecham-se os olhos às várias formas de envolvimento do sexo feminino na violência armada. Simultaneamente, são também os homens, em particular os jovens do sexo masculino, os que mais morrem em consequência do uso de armas de fogo. Por outro lado, no Rio de Janeiro, no Brasil e em todo o mundo, são as mulheres as principais afetadas pela violência intrafamiliar. No entanto, porque estas práticas violentas ocorrem na esfera privada, no nível micro, são deixadas de fora nas análises macro sobre violência armada. Ainda que seja justamente nesse espaço que ocorre o maior número de agressões, ameaças e mortes de mulheres por armas de fogo.

Nesta segunda parte do texto, pretendemos analisar os vários impactos que a violência armada pode ter na vida de mulheres e meninas – que não constituem nem a maioria dos agentes da violência nem das suas vítimas diretas. Para além dos impactos visíveis e diretos – como as mortes e lesões por armas de fogo – incluímos, nesta análise, outros impactos decorrentes da proliferação e utilização de armas de fogo, como a arma constituir fonte e instrumento de ameaça em situações de violência intrafamiliar.

Impactos diretos: a destruição dos corpos

Os dados estatísticos existentes (Ministério da Saúde²² e criminais) permitem-nos analisar os impactos diretos e visíveis da violência armada no Rio de Janeiro, ou seja, as mortes e ferimentos por armas de fogo. No entanto, e como já referimos, a apresentação destes dados, muitas vezes feita em termos comparativos, tem sido utilizada para mostrar que mulheres e meninas pouco são afetadas pela violência armada no Brasil: os homens constituem a maioria das mortes por armas de fogo (91%) e das hospitalizações resultantes de ferimentos com estas mesmas armas (90%), segundo dados do Ministério da Saúde de 2004.

Esta comparação tem uma dupla consequência: por um lado, marginaliza as especificidades dos impactos diretos das armas de fogo na vida de mulheres e meninas; por outro lado, dá-nos apenas uma visão parcial sobre os verdadeiros impactos da violência armada na vida destes grupos, que pode ir muito além das mortes e ferimentos. Falamos da utilização da arma de fogo como instrumento de ameaça,

²² Os dados são desagregados por sexo e dão informação sobre as taxas de morte e de hospitalizações por idade, local, causa de morte ou ferimento, instrumento usado e outras variáveis. Os dados são coletados pelo Ministério da Saúde em dois sistemas, o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informações sobre Hospitalizações (SIH).





Tatiana Moura

GÊNERO

em contextos de relações de poder já desiguais, e em particular em situações de violência intrafamiliar.

O Brasil tem uma das mais altas taxas de mortes por armas de fogo no mundo: em 2002, esta taxa foi de cerca de 22 por 100 mil residentes.²³ No mesmo ano, 90% das mortes por armas de fogo foram homicídios, e a esmagadora maioria dessas mortes ocorre entre jovens de sexo masculino.

A taxa de mortalidade entre a população do sexo masculino no Brasil é quase 17 vezes superior à verificada entre o sexo feminino. Uma vez mais, e à semelhança do que acontece com os dados e análises sobre autores da violência armada, esta enorme desproporcionalidade e hipervisibilização, que tem sido mostrada e utilizada através de gráficos similares,²⁴ têm influenciado e pautado agendas de pesquisa e políticas no mundo inteiro.

É necessário, portanto, nos centrarmos na análise de dados sobre mortes e ferimentos com armas de fogo *entre* o sexo feminino, em vez de nos centrarmos na *comparação entre mulheres e homens*. Entender as várias formas como se manifesta a violência armada, no Rio de Janeiro, no Brasil ou no mundo, constitui um elemento central para responder aos problemas decorrentes da proliferação e (mau) uso de armas de fogo.

Um dos poucos estudos existentes centrados especificamente na *mortalidade feminina* mostra que, no Brasil, as taxas de mortalidade por causas externas aumentaram, no período compreendido entre 1979 e 1999.²⁵ O acréscimo se deveu, em particular, ao aumento do número de homicídios, já que outros tipos de mortes violentas (acidentes de trânsito, quedas, afogamento, suicídios e lesões ignoradas) pouco aumentaram ou diminuíram, neste período.

No entanto, convém ressaltar que, ao longo dos anos 80, vários homicídios foram classificados como “lesões ignoradas”, por não haver o registro sobre a intencionalidade das lesões.²⁶ A melhoria na coleta de dados verificada ao longo dos anos 1990 pode ter contribuído para visibilizar homicídios que estavam anteriormente

²³ Dados coletados pelo Ministério de Saúde no Sistema de Informações sobre Mortalidade são os mais confiáveis e acessíveis sobre mortes por armas de fogo. Neste segmento do texto, exceto quando é referido, todos os dados citados são dessa fonte. As referências a dados e gráficos do ano 2002 são do relatório Brasil: as armas e as vítimas (2005), disponível em: <www.vivario.org.br>.

²⁴ A proporção de mortes por sexo segue o mesmo padrão, em outros contextos: segundo o Relatório Mundial sobre Violência da Organização Mundial da Saúde, 90% dos homicídios mundiais cometidos com armas de fogo ocorrem entre homens. Disponível em: <http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/>.

²⁵ REIS, A. C. et al. Mortalidade feminina por causas externas: Brasil e macrorregiões (1979 a 1999). Boletim do CENEPI/CLAVES, Rio de Janeiro, n. 4, 2001.

²⁶ SOUZA, Edmilsa. Homicídios no Brasil: o grande vilão da saúde pública na década de 80. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 1994. Suplemento 1, p. 45-60.





classificados como lesões ignoradas (fazendo com que, conseqüentemente, a porcentagem de lesões ignoradas decaísse), revelando um panorama mais aproximado da realidade. Este exemplo ilustra como a coleta de dados pode ser contaminada e influenciada por um viés de gênero: assumindo que a morte de uma mulher pelo seu parceiro possa ser não intencional, ou revelando uma falta de interesse em categorizar corretamente mortes de mulheres, por serem considerados dados menos prioritários ou relevantes.

Em 1999, e ainda de acordo com a mesma pesquisa, as armas de fogo foram o instrumento utilizado na maioria (50,1%) dos homicídios de mulheres. Ou seja, *foram mortas mais mulheres com armas de fogo do que em resultado de todos os outros métodos de homicídio reunidos* (estrangulamento, objeto cortante, agressões físicas, etc.). A faixa etária mais afetada por mortes com armas de fogo foi a de 10 – 19 anos, seguida da de 20 – 29 anos.

Já em 2002, no Brasil, 42% das mulheres vítimas de homicídios foram mortas com armas de fogo. Focando apenas nas capitais brasileiras, essa porcentagem sobe para 44,4%.²⁷

Em 2004, a taxa de mortalidade feminina por armas de fogo na cidade do Rio de Janeiro foi de 4,8 por 100 mil habitantes – quase o dobro da taxa nacional feminina (2,5 por 100 mil habitantes). Essa proporção é próxima das taxas para a população total, pouco mais que o dobro: 2,2 vezes mais no Rio de Janeiro (45,2 por 100 mil habitantes) do que nacionalmente (20,3 por 100 mil habitantes). O Rio tem a sexta taxa mais elevada de mortalidade feminina por armas de fogo, logo depois de Recife, Vitória, Belo Horizonte, Cuiabá e Florianópolis.

Algumas cidades são mais violentas para mulheres do que para homens, por exemplo, Porto Alegre e Cuiabá. É interessante notar que estas cidades se situam em estados com as mais altas concentrações de armas de fogo (entre 40 e 93,3 por 100 domicílios) em mãos de particulares do país.²⁸ Florianópolis, a cidade que mais se destaca pela notável diferença no *ranking* entre os sexos – a quinta taxa mais alta de mortes por armas de fogo para mulheres e a 16ª para homens –, fica num estado com um elevadíssimo número de armas de fogo em mãos de particulares, incluindo armas legais e ilegais.

Dormindo com o inimigo

Para muitas mulheres, o agressor é um conhecido. Mundialmente, 40% a 70% de homicídios de mulheres são cometidos pelo parceiro íntimo.²⁹ O Rio de Janeiro

²⁷ ISER. *Brasil: as armas e as vítimas*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

²⁸ ISER. *Brasil: as armas e as vítimas*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005. p. 166.

²⁹ DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violence: a global public health problem. In: KRUG, E.G. et al. (Org.). *World report on violence and health*. Genebra: World Health Organization, 2002. p. 3-21. p. 3-21.





Tatiana Moura

GENERO

não é exceção a esse padrão. Em homicídios e tentativas de homicídios com armas de fogo, mais da metade das mulheres vítimas (53%) conheciam seu agressor. E mais de um terço (37%) dessas mulheres tinha uma relação amorosa com seu agressor.³⁰ No entanto, as falhas na coleta de dados impedem-nos de saber onde ocorre a maioria dos homicídios de mulheres.

O elevado número de mortes em que o local da ocorrência foi ignorado ou classificado como "outro" (60% do total) frustra os esforços de análise. Para além disso, quando a morte ocorre no hospital, ficamos igualmente sem saber qual o local de ocorrência da violência.

Pelos dados apresentados podemos, no entanto, afirmar que apesar de o *porte* de arma ter sido proibido, para a maioria dos cidadãos brasileiros, pelo Estatuto do Desarmamento, a presença de uma arma em casa – seja legal ou ilegal – continua a significar uma fonte de ameaça e de insegurança real para as mulheres.

Um estudo da Secretaria de Segurança Pública³¹ revelou que a maioria dos crimes cometidos com armas outrora legais tiveram como vítimas mulheres. Convém aqui relembrar que, como defendem Rangel Bandeira e Bourgois,³² freqüentemente o perigo ou o inimigo dormem ao lado, e a maior parte das lesões corporais dolosas e/ou homicídios de mulheres são cometidos por conhecidos dessas mulheres.

Para além dos corpos, a destruição das vidas

Como já referimos anteriormente, as práticas violentas estão presentes em todas as esferas da sociedade, em várias escalas, e não se manifestam apenas na esfera pública. A violência intrafamiliar, que afeta desproporcionalmente o sexo feminino, e que ocorre na esfera privada, em tempo de guerra e em tempo de "paz", faz parte de uma cultura que normaliza, naturaliza, privatiza e invisibiliza estas práticas. E freqüentemente este tipo de violência tem na arma de fogo um instrumento de coerção, intimidação, ameaça, que pode vir a ser letal.

Vale insistir que apesar dos inúmeros estudos e de alguns mecanismos e organizações existentes, no Rio de Janeiro e no Brasil, para lidar com o problema da violência contra a mulher, que se centram especialmente na violência doméstica, constatamos que a questão da violência armada e do papel das armas de fogo como

³⁰ ISER (2005), com dados das Delegacias Legais do Rio de Janeiro, entre 2001 e 2005.

³¹ "Fontes de Abastecimento de Armas de Fogo do Mercado Criminal no Estado do Rio de Janeiro", ISER e Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, Programa Delegacia Legal, setembro 2005, em <http://www.delegacialegal.rj.gov.br/biblioteca/fonte_abastecimento_mercado_criminal_armas.pdf>.

³² RANGEL BANDEIRA, Antônio; BOURGOIS, Josephine. *Armas de fogo, proteção ou risco?* Rio de Janeiro: Viva Rio, 2005.





fator de risco e ameaça para as mulheres não tem sido uma preocupação central nas abordagens ao tema.

Os números das violências

A centralidade conferida às mortes e ferimentos por armas de fogo no Brasil, e no Rio de Janeiro especificamente, tem pautado as análises e respostas ao problema da violência urbana no país e na cidade.

No entanto, estas manifestações mais visíveis da violência perpetrada com armas de fogo – as mortes e os ferimentos, ou os chamados impactos diretos – constituem expressões extremas de um *continuum* de outras formas de violência, que têm sido secundarizadas nas análises sobre a violência armada (as suas formas, as suas vítimas e os seus atores) no Rio de Janeiro, e que afetam de forma específica meninas e mulheres.

Já é senso comum lembrar que em todo o mundo as meninas e mulheres são as principais vítimas de violência sexual e de violência intrafamiliar. O Brasil não é exceção. Uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2001,³³ revela-nos os números e tipos da(s) violência(s) cometidas contra mulheres no Brasil: 20% das mulheres brasileiras já foram vítimas de agressões físicas mais brandas; 18% já sofreram violência psicológica; 15% já foram ameaçadas; 11% sofreram espancamentos com cortes, marcas ou fraturas – a mesma porcentagem para mulheres vítimas de relações sexuais forçadas e de assédio sexual –; 9% já ficaram trancadas em casa, sendo impedidas de sair ou trabalhar; e 8% já foram ameaçadas com armas de fogo.

No Rio de Janeiro, no que diz respeito ao delito de lesão corporal dolosa, o número percentual de mulheres vítimas representou quase o dobro de homens vítimas deste delito nos anos de 2003, 2004 e no período de janeiro a outubro de 2005.³⁴ Segundo o Dossiê Mulher, do Instituto de Segurança Pública, analisando os casos em que a lesão corporal dolosa ocorreu por circunstância de *violência doméstica*, 90% das vítimas eram do sexo feminino.³⁵

³³ Pesquisa nacional sobre mulheres, realizada em 2001 pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, disponível em: <<http://www.fpa.org.br/nop/mulheres/violencia.htm#V>>.

³⁴ Segundo o Dossiê Mulher, do Instituto de Segurança Pública (2006), no delito de lesão corporal dolosa, o número percentual de homens vítimas foi de 38,1% em 2003, 36,7% em 2004 e de 33,1% em 2005; no caso do sexo feminino, este número foi de 61,5% em 2003, 61,5% em 2004 e 63,4% em 2005.

³⁵ Em 2004, as mulheres vítimas de lesão corporal dolosa eram, na sua maioria, solteiras (57%), com idade entre 18 e 34 anos (56,2%) e de cor branca (49,6%). Em 85,5% dos casos, as vítimas conheciam os autores, e mais da metade (53,8%) dos acusados eram casados ou mantinham outro tipo de envolvimento amoroso com as vítimas. E nos casos de violência doméstica, em 87,3% dos casos, o agressor era companheiro ou ex-companheiro da vítima. Dados de MIRANDA, Ana Paula Mendes de; PINTO, Andréia Soares; LAGE, Lana (Org.). Dossiê mulher: atualizado. Rio de Janeiro: ISP, 2006. Disponível em: <www.isp.rj.gov.br>.





Tatiana Moura

GÊNERO

Ainda segundo os dados do Instituto de Segurança Pública, podemos constatar que, entre janeiro e outubro de 2005, em 99% dos casos de lesão corporal resultantes de violência doméstica não houve informação sobre o *tipo de instrumento* utilizado na agressão, sendo esta ausência um aspecto característico nos casos de agressões domésticas. Devemos questionar o motivo desta omissão: por um lado, pode significar isso mesmo, ou seja, que na relação de poder (desigual) existente entre o agressor e a vítima, a força física foi a forma de subjugar a mulher; por outro lado, pode significar que os tipos de instrumentos utilizados na agressão foram vários, o que se revelou ser, também, uma característica destas situações.³⁶ No entanto, pode significar também que, de fato, nenhum instrumento foi usado na agressão, mas que, não obstante, estava presente e que constituía uma *forma de ameaça*.

A arma de fogo como ameaça

Ao centrarmos a nossa análise nos impactos (diferenciados) da arma de fogo na vida das mulheres, rapidamente nos apercebemos de *continuum* e de transversalidades da violência armada. Facilmente entendemos que comportamentos violentos que são (hiper)visibilizados na esfera pública, e que captam grande parte da atenção e esforços dos decisores políticos e de políticas de segurança (pública), e se manifestam, também, de forma violenta, em uma escala micro.

A esfera doméstica, considerada privada e, portanto, “esquecida” nos debates sobre (in)segurança pública, é freqüentemente palco de “guerras” e de terror para grande parte da população, em especial para as mulheres. E não nos referimos apenas às mortes e ferimentos de meninas e mulheres provocados por armas de fogo, mas também à função da arma como fonte de ameaça e como instrumento de reforço das desigualdades de poder. Na opinião de Ana Liési Thurler,³⁷

A violência é progressiva, avança da ameaça ao espancamento, chegando, em alguns casos, ao assassinato. Neste sentido, a violência doméstica e familiar corresponde a um ciclo perverso e tende a repetir-se cada vez com maior intensidade e em menor intervalo de tempo. Deste modo, a alta incidência de ameaças nos indica grande número de mulheres vivendo sob riscos à saúde física e psíquica e a suas vidas.

Ou seja, entender que a violência armada tem outros rostos e vítimas (que são invisíveis hoje, mas que podem vir a tornar-se visíveis amanhã) e se manifesta também em uma escala micro pode contribuir para a redução do número de mortos(as) e feridos(as) no contexto do Rio de Janeiro, no Brasil e no mundo.

De acordo com projeções da pesquisa acima mencionada, levada a cabo pela Fundação Perseu Abramo, a cada 20 segundos uma mulher tem sua integridade física

³⁶ Idem.

³⁷ Pelo fim da violência contra as mulheres, *Correio Braziliense*, 6/3/2006.





ameaçada com uma arma de fogo, no Brasil. Entre setembro e outubro de 2005 realizamos uma pesquisa³⁸ em oito das nove Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, na qual foram preenchidos 615 questionários, espontaneamente, por mulheres denunciadoras de violência. Apesar de este ser um estudo piloto, de forma alguma generalizável, acreditamos que nos revela especificidades importantes da violência que se manifesta em uma escala micro, contra mulheres. Em primeiro lugar, denuncia a permeabilidade das fronteiras, mostrando que armas de fogo constituem uma fonte de ameaça e de medo não só na esfera pública e visível, mas também em espaços considerados seguros, como a esfera privada. Em segundo lugar, revela articulações entre duas formas de violência que geralmente se debatem e se pensam de forma independente e hermética: a violência doméstica e a violência armada.

Do total das mulheres que preencheram o questionário, 60,3% tinham sido agredidas por seus parceiros íntimos ou ex-parceiros (maridos, namorados, companheiros). Entre as que sabiam que o agressor tinha uma arma de fogo e as que afirmaram não saber, 68,5% responderam que já tinham sido ameaçadas de alguma forma com a arma. Setenta e três por cento referiram ainda que a presença da arma as impedia de reagir física ou verbalmente à violência, sendo que 68% afirmaram que gostariam de colocar um fim na relação com o agressor, mas que não o faziam porque temiam ser agredidas com a arma. De especial importância é a porcentagem de denunciadoras que afirmou *não saber* se o parceiro íntimo tinha uma arma em casa (24,6% do total dos casos). Não saber significa ter de lidar com essa dúvida e, portanto, com a eminência da descoberta da sua existência. E significa que, acima de tudo, para manter e perpetuar uma relação de dominação e de poder, a arma não tem necessariamente de ser usada, ou mesmo vista.

Sobreviventes da violência armada

A violência armada marca, de forma diferenciada, a vida da população, e vai muito além de estatísticas oficiais sobre mortes e ferimentos com armas de fogo, reveladores dos impactos mais diretos dessa violência. Nas espirais e *continuum* da violência armada que se manifestam internacionalmente e que se expressam de forma localizada no Rio de Janeiro, aquele(a) que morre não constitui a única vítima.

Ao longo dos últimos 20 anos houve, em média, no Rio de Janeiro, 6,5 mortes diárias por armas de fogo.³⁹ Cada morte arrasta também consigo a dor de quem fica, afetando todo o seu círculo social, especialmente a família e amigos(as).

³⁸ Pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Cândido Mendes, Viva Rio e Núcleo de Estudos para a Paz/CES (Universidade de Coimbra), na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, com 615 questionários respondidos espontaneamente. Questionário anexo.

³⁹ Cálculos baseados em dados oficiais do Ministério da Saúde (Datasus): 47.171 mortes por armas de fogo na cidade do Rio, entre 1982 e 2002.





Tatiana Moura

GENERO

Uma pesquisa recente revelou dados importantes sobre as chamadas vítimas secundárias, indiretas ou ocultas da violência urbana. No período compreendido entre os anos de 1979 e 2001,⁴⁰ estima-se que entre 300 mil e 600 mil pessoas tenham sobrevivido⁴¹ a mortes violentas na cidade do Rio de Janeiro. São essas pessoas, as que ficam, que continuam a ter de lidar com os ciclos da violência, na maior parte das vezes sem o apoio necessário.

As chacinas e execuções sumárias constituem expressões extremas, visíveis e freqüentes, até aos dias de hoje, da violência armada no Rio de Janeiro. E se, no passado, constituíram, nas palavras de José Cláudio Souza Alves, a referência de demarcação da fronteira entre o mundo civilizado e a barbárie, separando a cidade do Rio de Janeiro da Baixada Fluminense, atualmente, disseminam-se territorialmente, fugindo dos seus limites espaciais e passando a fazer parte da realidade carioca.⁴² E a esta disseminação geográfica corresponde a disseminação da destruição e ruptura de laços e de outras vidas.

Apesar de homens, mulheres e jovens de ambos os sexos fazerem parte dos números trágicos das chacinas no Rio, são os jovens do sexo masculino, negros, em grande maioria de comunidades pobres, os principais alvos destas práticas. Filhos(as), maridos, esposas, pais e/ou amigos de alguém. No entanto, para as pessoas que vivem esse drama de perto, tais fatos não se encerram na tragédia das mortes coletivas ou individuais. Seus efeitos se perpetuam e se desdobram em outro *continuum* de violências, no cotidiano de quem fica, seja pela dor, pelo medo, pela humilhação, pela impotência, pela desorientação ou pelas incontáveis dificuldades experimentadas nas trajetórias que apenas se iniciam, quando os fatos começam a desaparecer dos noticiários.

A visibilidade destas mortes e do rastro de dor que deixam é passageira. De fato, após os acontecimentos dramáticos, quem sobrevive é remetido à condição de invisibilidade. Via de regra são as mães – por vezes irmãs e esposas –, mais raramente pais e irmãos, que iniciam o percurso pelos caminhos da justiça, na esperança de resgatar algum sentido do que lhes resta e no esforço, nem sempre compensado, de lutar contra a impunidade.

Nesse percurso, novos efeitos da violência emergem de maneira dramática ao desabrigo da lei, e perante a ausência das instituições e dos recursos sociais mais

⁴⁰ SOARES, Gláucio; MIRANDA, Dayse; BORGES, Doriam. *As vítimas ocultas da violência urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

⁴¹ “Sobreviventes” diz respeito a quem sobreviveu a morte(s) de outrem (familiar), e não a pessoas que sobreviveram a um ferimento provocado por arma de fogo.

⁴² ALVES, José Cláudio Souza. Violência e política na Baixada: os casos dos grupos de extermínio. In: COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS. *Impunidade na Baixada Fluminense*: relatório 2005. Brasília, DF, 2006.





elementares. Percorrer este caminho após um incidente violento, em que a morte não é assimilada como fatalidade ou sucessão natural da vida, é um processo que deixa marcas, impõe limitações e modifica a existência. Superar a perda, enfrentar seus desdobramentos e transformar a dor e o luto com coragem e perseverança acabam se convertendo praticamente num esforço individual e solitário.

São as vítimas ocultas, invisíveis, as(os) sobreviventes da violência armada que não fazem parte das estatísticas da criminalidade violenta do Rio de Janeiro. Considerá-las exemplos de *impactos indiretos* da violência armada tem contribuído para legitimar a sua invisibilização. Estes impactos, que decorrem da morte e da perda de entes queridos, que são vividos muitas vezes em silêncio e que são difíceis de nomear, afetam, de forma bem direta, a vida de quem fica e tenta lidar com a perda. Ignorá-los e subalternizá-los significa perpetuar, perante a ausência de respostas, ciclos de violências.

É uma dor muito doída...

Os impactos decorrentes de mortes violentas são, obviamente, múltiplos, e relacionam-se intimamente uns com os outros. As formas como são sentidos, expressados e manifestados assemelham-se a uma teia, na qual se torna difícil isolar cada um deles. Nas páginas que se seguem, identificamos alguns destes impactos, vividos e contados na primeira pessoa. Ao longo das entrevistas, encontros e conversas com este grupo⁴³ percebemos que a experiência traumática afeta as suas vidas em diferentes dimensões. Agrupamos os impactos identificados em dois grupos: *impactos na saúde* (física e emocional) e *impactos socioeconômicos* (da perda e da luta por justiça). A opção por elencar os tipos de impactos na vida das sobreviventes não se deu por considerarmos que não há relação entre eles. Na verdade, a grande dificuldade é justamente fazer essa categorização, já que, na prática, são incidíveis uns dos outros. A escolha foi metodológica, no sentido de trazer à luz cada elemento que nos foi sendo detalhado ao longo do processo de entrevistas e de convívio com este grupo.

Saúde e sobrevivência

Estudos epidemiológicos mostram que entre 25% e 40% de sobreviventes de catástrofes e violências extremas sofrem de problemas de saúde.⁴⁴ Em geral, quanto maior for a intensidade da violência, maior é a ocorrência de distúrbios psicológicos e sintomas físicos. Assim, homicídios deliberados causam maior impacto que mortes

⁴³ A maior parte do grupo foi formada por mães de vítimas diretas da violência, mas houve também a participação de viúvas, irmãs, alguns pais e pessoas com algum outro tipo de parentesco.

⁴⁴ MARTÍN BERISTAIN, Carlos. *Reconstruir el tejido social*. Barcelona: Icaria, 1999.





Tatiana Moura

GÊNERO

acidentais em catástrofes naturais, e traumas coletivos afetam mais a população do que incidentes isolados.

Os índices de violência urbana registrados no Rio de Janeiro fazem com que a população carioca conviva regular e cotidianamente com a letalidade e/ou a ameaça de armas de fogo. E estas violências, na sua forma direta como na mais indireta, constituem experiências traumáticas com sérios impactos psicológicos.

Ao longo das conversas com mulheres/familiares de vítimas letais da violência armada, tornou-se notório que estes impactos psicológicos são também os de mais difícil superação, e comumente se associam aos danos na saúde física apresentados. No entanto, os sintomas não são idênticos para todos e dependem da forma como cada um(a) enfrenta a situação. Além disso, e como refere Carlos Martín Beristain, a presença de determinados efeitos psicológicos ou emocionais (sintomas) não significa sempre a existência de um transtorno ou doença, e em caso de existir não significa a necessidade de tratamento. Muitas pessoas apresentam sintomas, outras sofrem de transtornos de determinada ordem, e uma minoria requer atenção psiquiátrica específica.

Os sintomas apresentados como respostas a um evento traumático são considerados por especialistas como uma reação natural a essas situações. Mas quando esses mecanismos de defesa se convertem na única forma de lidar com a vida, quando paralisam a pessoa por um período longo de tempo, não permitindo que se prossiga a vida e passando a influenciar diretamente as relações sociais, considera-se que é necessário intervir.

Insônias, ansiedade, medo, persistência de reações de ódio, nostalgia muito profunda (e dificuldade em lidar com essas lembranças e recordações) são exemplos de reações a acontecimentos que não são naturais, relatadas por familiares de vítimas de chacinas, no Rio de Janeiro. Entre os familiares de vítimas fatais da violência armada encontramos, majoritariamente, mães. Recorrentemente estas mães falam da *dor incurável, dessa dor que muda a vida por completo*, e que resulta da experiência de lidar com a morte dos filhos antes do tempo. De fato, não existe uma palavra ou nome para esta experiência: a viuvez resulta da perda de um(a) companheiro(a), a orfandade, dos progenitores. No entanto, a perda de um(a) filho(a) não tem nome. A dificuldade em explicar o significado e a intensidade desta dor foi algo comum em todas as conversas.

Sobrevivências sociais e econômicas

Muitas das mulheres familiares de vítimas de chacinas, e em especial as mães, pelos papéis que lhes são socialmente atribuídos, são consideradas e sentem-se





responsáveis pelo bem-estar psicológico, emocional e físico de outros membros da família e das suas próprias comunidades. Muitas vezes recai sobre elas a tarefa de ajudar quem fica a superar sentimentos de perda, lidando simultaneamente com a sua própria dor. O *cuidado de quem fica*, em especial dos outros(as) filhos(as), surgiu como uma das preocupações centrais do grupo. Para além da intensificação de sentimentos de culpa já inerentes, esse fator surgiu também como um elemento de desestabilização e *desestruturação familiar*.

A maior parte dos obstáculos sociais enfrentados reside na necessidade de *dar prosseguimento à vida*, agora marcada pela experiência violenta e pela ausência. A violência armada na cidade do Rio de Janeiro ocorre em áreas residenciais. Muitas vezes as pessoas são mortas dentro da própria casa ou no bairro onde mora a família e amigos próximos. Esta característica faz com que seja altamente provável que os sobreviventes tenham contato com o local da morte da vítima, ou *contato com o corpo do parente*, após o ato violento. Em muitos casos, a solução encontrada por algumas famílias – quando há essa opção – é mudar de bairro, para escapar das lembranças e proteger os que ficaram.

Mortes violentas conduzem e, por vezes, intensificam, problemas econômicos ou financeiros para a família, particularmente se a pessoa morta contribuía para o orçamento da casa. Para substituir essa renda, outros elementos da família podem ter de procurar emprego e abandonar os estudos. Por outro lado, cuidar de pessoas feridas fisicamente ou traumatizadas pela violência exige tempo, impossibilitando o trabalho remunerado fora de casa. Ao mesmo tempo exige dinheiro, uma vez que as vítimas podem necessitar de tratamentos caros, o que se torna uma impossibilidade para muitas famílias. Além disso, o acompanhamento dos processos judiciais, aliado à exclusiva dedicação na luta contra a impunidade, não permite que trabalhem e tenham uma fonte de rendimento. Dificuldades financeiras por vezes já existentes, agravadas pela seqüência de violências que se manifestam em espiral, após a perda de um familiar, traduzem-se, por exemplo, na impossibilidade de comparecer aos diversos eventos de apoio a vítimas ou reuniões com grupos de mães, uma vez que, na grande maioria das vezes, os deslocamentos têm de ser custeados pelos próprios familiares das vítimas.

Outras críticas presentes nos relatos dos sobreviventes recaem sobre o sistema judicial: pela sua lentidão, burocracia ou insensibilidade perante as suas necessidades. É aos familiares de vítimas que cabe, quase na totalidade dos casos, o papel de correr atrás de justiça, em vez de o Estado cumprir o seu papel na garantia dos direitos dos seus cidadãos. Para muitas destas mulheres, o primeiro momento em que têm consciência dos seus direitos é precisamente quando sentem dificuldades de acesso à justiça. A morosidade no andamento dos processos judiciais, as acusações não





Tatiana Moura

GENERO

deduzidas, inquéritos e processos com prazos de prescrição a terminar, sem provas documentais, testemunhais ou exames balísticos são alguns dos exemplos citados.

Quando o luto vira luta...

Apesar de o longo caminho a percorrer por estas mulheres na luta contra a impunidade ter nessa mesma impunidade um dos seus maiores obstáculos, constatamos que a experiência traumática da perda e da dor levou vários sobreviventes a procurar partilhar a sua dor e a sua luta com outros familiares que passaram pela mesma situação. Algumas mães, no caminho percorrido em busca de justiça pela perda de seus filhos, encontraram em outras mães o apoio necessário para fortalecer sua luta, que afinal é comum. As semelhanças de seus relatos, a dor carregada desde o evento trágico e a própria luta que travavam solitariamente pela punição dos assassinos formam o ponto de partida para que se associem, acompanhem os processos umas das outras, compartilhem suas dores e busquem sentido para a vida conjuntamente.

Além disso, toda a rede de relações sociais rompida após o assassinato de seus filhos tem a chance de ser reconstruída, uma vez que se tentam estruturar, ainda que muitas vezes de forma incipiente, por falta de apoio, outras redes de relações sociais que servem de suporte para superar o sofrimento. O ativismo passa a ser uma nova motivação para a vida, e a consciência de que podem auxiliar na transformação social, lutando contra a impunidade, contribui para que, muitas vezes, a total falta de sentido possa ser atenuada.

O processo de luto passa a ser compartilhado, ou seja, a compreensão do que ocorreu e o sentido para a luta passa a ter novas motivações. Muitas mães/familiares com mais experiência, que estão na luta há mais tempo, têm maior acúmulo de conhecimento sobre os passos jurídicos e os caminhos a serem percorridos, podendo ajudar em casos mais recentes.

Se, na maioria dos casos, as entrevistadas apontam a burocracia e morosidade da justiça como uma das maiores dificuldades que enfrentam, casos há (raros) em que esta não constituiu, no seu caso específico, um obstáculo para os familiares de vítimas. Uma das entrevistadas, surpreendida com o desenvolvimento do processo judicial para condenação dos agressores, cita a audição das testemunhas e a reconstituição dos fatos como fatores que contribuiriam para a condenação de um dos policiais acusados.

As nossas conversas terminavam, invariavelmente, com referências ao que lhes dava força para continuar. A própria luta, segundo uma entrevistada, é o que as faz permanecer vivas, é a motivação da sua existência após a tragédia que ocorreu em





suas vidas: “E o meu filho também, antes de morrer, ele perguntou para mim se alguma coisa acontecesse ruim com ele, o que eu faria por ele? Eu estou fazendo agora, mesmo depois de morto. Eu vou lutar.” (Mãe).

Abstract: Today, a specific kind of violent conflict is spreading across the globe: concentrations of very high levels of armed violence at a micro-level, frequently in peripheral areas of large urban centers, with the main actors (both direct victims and perpetrators) being socially marginalized young men. Brazil, and Rio de Janeiro in particular, is a clear example of a context submersed in this kind of conflict. While it is not engaged in an officially declared war, it experiences some of the highest gun death rates in the world.

This context of violent (armed) conflict has specific impacts in men's and women's lives. Because they are not seen to be the main "risk group." Existing mechanisms have been insufficient in terms of both charting the complexity of women's engagement in armed violence and of revealing the full breadth of its impacts on them.

With this paper I intend to analyze silences and invisibilities in this scenario: women's roles in this context of armed violence, as well as the impacts this violence has on their lives.

Keywords: violence; gender; women.

(Recebido em julho de 2007 e aprovado para publicação em novembro de 2007.)

Referências

ALVES, José Cláudio Souza. Violência e política na Baixada: os casos dos grupos de extermínio. In: COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS. Impunidade na Baixada Fluminense: relatório 2005. Brasília, DF, 2006.

BARKER, Gary. *Dying to be men: youth, masculinity and social exclusion*. Londres: Routledge, 2005.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. La nueva violencia urbana de America Latina. *Sociologias: violências, América Latina*, Porto Alegre, v. 8, p. 13, jul./dez. 2002.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto; ZUBILLAGA, V. Violence and globalization in Latin America. *Current Sociology*, [S.l.], v. 50, n. 1, p. 19–37, 2002.

254 Niterói, v. 8, n. 2, 227-256, 1. sem. 2008





Tatiana Moura

GÊNERO

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violence: a global public health problem. In: KRUG, E.G. et al. (Org.). *World report on violence and health*. Genebra: World Health Organization, 2002. p. 3-21.

DOWDNEY, Luke. *Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

_____. *Neither war nor peace: international comparisons of children and youth in organised armed violence*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

DUFFIELD, Mark. *Global governance and the new wars*. Londres: Zed Books, 2001.

ENLOE, Cynthia. *The morning after: sexual politics at the end of the cold war*. Berkeley: University of California Press, 1993.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. 2001. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/nop/mulheres/violencia.htm#V>>.

GALEANO, Eduardo. *Patás arriba: la escuela del Mundo al Revés*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1998.

ISER. *Brasil: as armas e as vítimas*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

KALDOR, Mary. *New and old wars: organised violence in a global era*. Stanford: Polity Press: Stanford University Press, 1999.

MARTÍN BERISTAIN, Carlos. *Reconstruir el tejido social*. Barcelona: Içaria, 1999.

MARTÍNEZ LÓPEZ, C. Las mujeres y la paz en la historia. In: MUÑOZ; MARTÍNEZ (Org.). *Historia de la Paz: tiempos, espacios y actores*. Granada: Universidade de Granada, 2000.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; PINTO, Andréia Soares; LAGE, Lana (Org.). *Dossiê mulher: atualizado*. Rio de Janeiro: ISP, 2006. Disponível em: <www.isp.rj.gov.br>.

NASH, Mary; TAVERA, Susanna (Org.). *Las mujeres y las guerras: el papel de las mujeres en las guerras de la Edad Antigua a la Contemporánea*. Barcelona: Icaria, 2003.

PETTMAN, Jan Jindy. *Worlding women: a feminist international politics*. Londres: Routledge, 1996.

RANGEL BANDEIRA, Antônio; BOURGOIS, Josephine. *Armas de fogo, proteção ou risco?* Rio de Janeiro: Viva Rio, 2005.

REARDON, Betty. *Sexism and the war system*. Nova York: Teachers College Press, 1985.

REIS, A. C. et al. Mortalidade feminina por causas externas: Brasil e macrorregiões (1979 a 1999). Boletim do CENEPI/CLAVES, Rio de Janeiro, n. 4, 2001.

RIVERO, Patrícia. O mercado ilegal de armas de fogo na cidade do Rio de Janeiro: preços e simbologia das armas de fogo no crime. In: _____. *Brasil: as armas e as vítimas*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

RODGERS, D. Youth gangs in Colombia and Nicaragua: new forms of violence, new theoretical directions? In: RUDQVIST, A. (Org.). *Breeding inequality: reaping violence, exploring linkages and causality in Colombia and beyond*. Outlook on Development



Rostos invisíveis da violência armada: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro

Series, Collegium for Development Studies, Uppsala, 2003. p. 111–141. Disponível em: <<http://www.kus.uu.se/poverty&violence/PovertyViolence.pdf>>.

SOARES, Bárbara; ILGENFRITZ, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond: CESeC, 2002.

SOARES, Gláucio; MIRANDA, Dayse; BORGES, Doriam. *As vítimas ocultas da violência urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOUZA, Edinilsa. Homicídios no Brasil: o grande vilão da saúde pública na década de 80. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 1994. Suplemento 1, p. 45-60.

TICKNER, J. Ann. *Gender and international relations*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1992.

VAN CREVELD, Martin. The great illusion: women in the military. *Millennium: Journal of International Studies*, [S.l.], v. 29, n. 2, p. 429-442, 2000.

WINTON, Ailsa. Urban violence: a guide to the literature. *Environment&Urbanization*, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 165-185, out. 2004.

